



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br)

## **PREGÃO N. 021/2021**

(PAE n. 8.473/2021)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRES n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando à contratação de empresa especializada para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRES.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará **no dia 26 de maio de 2021, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018.

### **I. DO OBJETO**

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRES, no seguinte endereço:

- [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) ("Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2021").

### **II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. A presente licitação é destinada, **exclusivamente**, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, se assim desejar, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento

estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), órgão gestor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem. 9.8 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESP, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRESP não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

#### **2.4. Fica vedada a participação, na presente licitação:**

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada;

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

2.5. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.5.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.5, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

### **III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO**

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESP responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [pregao@tre-sc.jus.br](mailto:pregao@tre-sc.jus.br).

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

#### V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos **subitens 7.1.4 e 9.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

##### **5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Comprasnet:**

**a) no campo “preço”: o preço, no VALOR TOTAL para o item (Região) cotado;**

**b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”:** detalhamento do objeto,

quando couber, sem alternativas.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.3. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o **prazo para garantia** do objeto cotado, se superior a 6 (seis) meses para cada aplicação, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESC.

5.2.3.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 5.2.3, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 6 (seis) meses para cada aplicação, conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

5.8. O licitante vencedor é responsável pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta.

5.9. Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços, antes da apresentação da proposta, que deverá ser agendada previamente através dos respectivos *e-mails* e/ou telefones listados nas tabelas do Anexo II do Projeto Básico / Termo de Referência, no horário das 13 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

5.9.1. Caso a empresa proponente opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser realizada pelo representante indicado pela empresa e acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

5.9.2. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

## **VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES**

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

- 6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.
- 6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL** para o item (região) cotado.
- 6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 1,00 (um real)** para os **ITENS 2 a 5** e de **R\$ 10,00 (dez reais)** para os **ITENS 1 e 6** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.
- 6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.
- 6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.
- 6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.
- 6.8. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação do critério de desempate previsto no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993.
- 6.9. O critério de desempate será aplicado nos termos do subitem 6.8, caso não haja envio

de lances após o início da fase competitiva.

6.9.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## VII. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

7.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 7.1, sob pena de desclassificação.

7.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

### 7.3. Será, ainda, DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

b) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

c) mantenha valor de item superior ao valor máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

d) apresente preços que sejam manifestamente inexequíveis.

7.3.1. Consideram-se **preços manifestamente inexequíveis** aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.3.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;

c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consulta às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

d) consulta a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;

f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de

pesquisa;

i) estudos setoriais;

j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e

k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens VIII e IX, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.5. Após a negociação prevista no subitem 7.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens VIII e IX deste Edital.

## **VIII. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.4, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.4, alínea “b”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

8.1.1. As consultas a que se refere o subitem 8.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

8.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no sistema Comprasnet.

## **IX. DA HABILITAÇÃO**

9.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação complementar especificada neste Edital.

9.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;

b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista;

c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;

d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste edital.

9.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 9.1.1 deste Edital.

9.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado (desinsetização e desratização). O(s) atestado(s) deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:

a.1) indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;

a.2) informação do local e data de expedição do atestado; e

a.3) descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.

b) Licença ou Alvará Sanitário de funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária estadual ou municipal;

c) documento que comprove o registro da empresa junto ao Conselho de Classe Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993;

d) comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química – legalmente habilitado junto ao respectivo Conselho de Classe, que será o Responsável Técnico pela prestação dos serviços.

9.3.1. Relativamente ao subitem 9.3, alínea “d”, entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:

a) empregado: cópia autenticada ou da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;

c) gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;

d) responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo Conselho de Classe, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico; e

e) no caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Conselho de Classe.

9.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

9.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos da Lei Complementar n. 123/2006, estará



dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício financeiro.

9.4.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.4.5. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

9.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção **“Enviar Anexo”** do sistema Comprasnet, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

9.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 9.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 9.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 9.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

9.6. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

9.7. Tratando-se de sociedade cooperativa, para fins de habilitação, serão exigidos, ainda, na forma do disposto no subitem 5.1.7:

a) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição;

b) declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;

c) comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) comprovante de registro na organização das cooperativas brasileiras ou na entidade estadual, se houver;

e) documento comprobatório de integração das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato;

f) ata de fundação, estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que o aprovou e editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e

g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

9.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

9.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 9.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO**

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

10.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 10.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

10.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR ITEM (REGIÃO)**, ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

## **XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS**

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

**11.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

11.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

11.3. Para os casos não previstos no subitem 11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 11.2 e na alínea “e” do subitem 11.3 são de competência do Presidente do TRESP.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução, na entrega dos documentos ou na entrega dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado do(s) item(ns) em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” do subitem 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESP, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

## **XII. DA DOTAÇÃO**

12.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, subitem 78 – Limpeza e Conservação.

## **XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR**

13.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

13.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência e seus anexos e em sua proposta;

13.1.2. apresentar, antes de firmado o Contrato, **em até 5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue para este fim, a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e as respectivas comprovações de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde:

a) entregar juntamente com a lista as instruções escritas alertando sobre a toxicidade dos produtos utilizados, indicando os cuidados a serem observados antes, durante e depois da aplicação, principalmente com crianças e pessoas alérgicas, bem como as orientações para primeiros socorros.

13.1.3. apresentar, antes de firmado o Contrato, **em até 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue com este fim, o visto no respectivo Conselho Regional de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no Conselho de origem;

13.1.4. tomar as seguintes providências **em até 10 (dez) dias** a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESP:

a) apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou ART ou AFT, ou documento similar de acordo com o Conselho Profissional que esteja vinculado, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta contratação;

b) apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), AFT(s) ou documento similar do profissional responsável técnico pelos serviços contratados, devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços objeto desta contratação;

c) designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, *e-mail* e outros meios de comunicação para contato com o mesmo;

e

d) apresentar a licença ambiental estabelecida no art. 5º do RDC n. 52/2009 da Anvisa.

13.1.5. realizar duas aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESP listados no Anexo II do Projeto Básico / Termo de Referência, conforme abaixo detalhado:

a) a primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP, após o cumprimento das obrigações previstas no subitem 13.1.4;

b) a segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:

b.1) completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a empresa terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

13.1.6. executar o serviço nas dependências de cada imóvel, no(s) endereço(s) indicado(s) no Projeto Básico / Termo de Referência ou no novo endereço, se houver mudança, devendo agendar previamente com a Seção de Manutenção Predial a realização dos serviços nos Edifícios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail [cis-smp@tre-sc.jus.br](mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br) ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos *e-mails* e/ou telefones constantes do Anexo II do Projeto Básico / Termo de Referência;

13.1.7. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual, inclusive em relação aos profissionais que serão destacados pelo TRESP para acompanhamento dos serviços;

13.1.8. executar os serviços em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVISA, de 22 de outubro de 2009 e a Portaria n. 0021/SES-SC, de 04 de janeiro de 1996, ou normas posteriores que as venham substituir;

13.1.9. utilizar produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde, não

corrosivos, incolores de ação tóxica de baixo risco ao ser humano, de longo efeito residual. As iscas usadas devem conter substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir ingestão acidental;

13.1.10. realizar a aplicação interna e externa na mesma data agendada para realização dos serviços, salvo em casos de força maior, onde deverá ser agendado nova data para conclusão do serviço sem ônus para o Contratante;

13.1.11. **prestar garantia** do objeto pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelo prazo a que se refere o **subitem 5.2.3.1** deste Edital, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;

13.1.12. executar novamente os serviços, dentro do **prazo de garantia**, às suas expensas, no todo ou em parte, caso não apresentem os resultados esperados, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do gestor do contrato;

13.1.13. fornecer comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada;

a) o comprovante/certificado deverá ser afixado em local visível em cada edificação.

13.1.14. utilizar produtos e materiais de primeira qualidade e que não ofereçam riscos à saúde humana;

13.1.15. recomendar aos respectivos gestores do contrato, quando for o caso, a adoção de ações para combate a infestações específicas, bem como a eles relatar toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, registrando todas as informações necessárias para seu esclarecimento;

13.1.16. manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional;

13.1.17. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

13.1.18. fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

13.1.19. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

13.1.20. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

13.1.21. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 021/2021.

#### **XIV. DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.**

14.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

14.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I =  $6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

## XV. DO CONTRATO

15.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, pelo Decreto n. 10.024/2019 e pela Resolução TSE n. 23.234/2010.

15.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

15.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 15.3.2.

15.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das

penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

## **XVI. DA RESCISÃO**

16.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

16.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" do subitem 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" do subitem 11.3.

## **XVII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.2. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

17.3. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

17.4. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

Florianópolis, 11 de maio de 2021.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke  
Coordenadora de Julgamento de Licitações

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**Contrato para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC, autorizado pelo Senhor ....., Secretário de Administração e Orçamento, na fl. .... do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 8.473/2021 (Pregão n. 021/2021), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa ....., em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor ....., inscrito no CPF sob o n. ...., residente e domiciliado em ...../SC e, de outro lado, a empresa ....., estabelecida na ....., telefone ....., e-mail ....., inscrita no CNPJ sob o n. ...., doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) ....., Senhor(a)..... inscrito(a) no CPF sob o n. ...., residente e domiciliado(a) ....., tem entre si ajustado Contrato para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC, conforme abaixo descrito:

#### • Item 01 – Região 01:

Nº	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	BIGUAÇU	120	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3243 1103	<a href="mailto:zona002@tre-sc.jus.br">zona002@tre-sc.jus.br</a>
2	FLORIANÓPOLIS	6259	Rua Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3838 / 3251-3785	<a href="mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br">cis-smp@tre-sc.jus.br</a>
3	FLORIANÓPOLIS	1950	Rua Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3838 / 3251-3785	<a href="mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br">cis-smp@tre-sc.jus.br</a>
4	FLORIANÓPOLIS	622	Rua Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3838 / 3251-3785	<a href="mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br">cis-smp@tre-sc.jus.br</a>
5	FLORIANÓPOLIS	800	Av. Rio Branco, N. 797 - 88015-203	12	48 3248 6609 / 48 988099474	<a href="mailto:zona012@tre-sc.jus.br">zona012@tre-sc.jus.br</a>



				13	48 3222 8739 / 48 988113336	<a href="mailto:zona013@tre-sc.jus.br">zona013@tre-sc.jus.br</a>
				100	48 3224 6751 / 48 988099297	<a href="mailto:zona100@tre-sc.jus.br">zona100@tre-sc.jus.br</a>
6	PALHOÇA	5.098 (mais 3.500 m² de estacionamento)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3838 / 3251-3785	<a href="mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br">cis-smp@tre-sc.jus.br</a>
7	PALHOÇA	227,64	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3242 4528 / 48 988129773	<a href="mailto:zona024@tre-sc.jus.br">zona024@tre-sc.jus.br</a>
8	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3245 1885 / 48 988067384	<a href="mailto:zona067@tre-sc.jus.br">zona067@tre-sc.jus.br</a>
9	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3265 0459 / 48 988054840	<a href="mailto:zona053@tre-sc.jus.br">zona053@tre-sc.jus.br</a>
10	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3828	<a href="mailto:cgi-sa@tre-sc.jus.br">cgi-sa@tre-sc.jus.br</a>
				29	48 3259 7187 / 48 988137195	<a href="mailto:zona029@tre-sc.jus.br">zona029@tre-sc.jus.br</a>
				84	48 3259 6932 / 48 988082982	<a href="mailto:zona084@tre-sc.jus.br">zona084@tre-sc.jus.br</a>
11	TIJUCAS	120	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200-000	31	48 3263 0698 / 48 988137758	<a href="mailto:zona031@tre-sc.jus.br">zona031@tre-sc.jus.br</a>

E/OU

• Item 02 – Região 02:

Nº	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
12	ARARANGUÁ	184,45	Avenida Coronel João Fernandes, 1234 - 88905-478	1	48 3524 0494 / 48 988076280	<a href="mailto:zona001@tre-sc.jus.br">zona001@tre-sc.jus.br</a>
13	BRAÇO DO NORTE	107,53	Rua Bernardo Locks, N. 148, 2 Andar, Sala 208, Centro - 88750-000	44	48 3658 4123 / 48 988054212	<a href="mailto:zona044@tre-sc.jus.br">zona044@tre-sc.jus.br</a>
14	CRICIÚMA	400	Av Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500	10	48 3433 1347 / 48 988083028	<a href="mailto:zona010@tre-sc.jus.br">zona010@tre-sc.jus.br</a>
				92	48 3438 2502 / 48 988083357	<a href="mailto:zona092@tre-sc.jus.br">zona092@tre-sc.jus.br</a>
				98	48 3437 3574 / 48 988084754	<a href="mailto:zona098@tre-sc.jus.br">zona098@tre-sc.jus.br</a>
15	IÇARA	140	R Vitória, 201 - Centro - 88820-000	79	48 3432 3174 / 48 988081566	<a href="mailto:zona079@tre-sc.jus.br">zona079@tre-sc.jus.br</a>

16	IMARUÍ	149	Rua Antonio Bittencourt Capanema S/n - 88770-000	62	48 3643 0134 / 48 988061409	<a href="mailto:zona062@tre-sc.jus.br">zona062@tre-sc.jus.br</a>
17	IMBITUBA	155	Av Santa Catarina, 186 - 88780-000	73	48 3255 1497 / 48 988070382	<a href="mailto:zona073@tre-sc.jus.br">zona073@tre-sc.jus.br</a>
18	LAGUNA	175,91	Rua Coronel Fernandes Martins, 470, Centro Executivo Mileniu - 88790-000	20	48 3644 0703 / 48 988119642	<a href="mailto:zona020@tre-sc.jus.br">zona020@tre-sc.jus.br</a>
19	ORLEANS	372,22	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina, Conde - 88870-000	23	48 3466 1880 / 48 988128065	<a href="mailto:zona023@tre-sc.jus.br">zona023@tre-sc.jus.br</a>
20	SOMBRIO	120	Rua Santo Antônio, N. 204 - 88960-000	54	48 3533 0801 / 48 988058343	<a href="mailto:zona054@tre-sc.jus.br">zona054@tre-sc.jus.br</a>
21	TUBARÃO	360	Av Marcolino Martins Cabral, 1315, Praça Shopping, 2 Andar - 88701-105	33	48 3626 7120 / 48 988045453	<a href="mailto:zona033@tre-sc.jus.br">zona033@tre-sc.jus.br</a>
				99	48 3626 6227 / 48 988090873	<a href="mailto:zona099@tre-sc.jus.br">zona099@tre-sc.jus.br</a>
22	TURVO	155,13	R. Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América - 88930-000	42	48 3525 0956 / 48 988052543	<a href="mailto:zona042@tre-sc.jus.br">zona042@tre-sc.jus.br</a>
23	URUSSANGA	108	Rua Vidal Ramos, N. 159, Ed. Belas Artes, Sala 1 - 88840-000	34	48 3465 3530 / 48 988051711	<a href="mailto:zona034@tre-sc.jus.br">zona034@tre-sc.jus.br</a>

E/OU

• Item 03 – Região 03:

Nº	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
24	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	289,47	Rua 2850, N. 470, Ed. San Salvatore - 88330-363	56	47 3367 4526 / 47 988167104	<a href="mailto:zona056@tre-sc.jus.br">zona056@tre-sc.jus.br</a>
				103	47 3398 4605 / 47 988344311	<a href="mailto:zona103@tre-sc.jus.br">zona103@tre-sc.jus.br</a>
25	BALNEÁRIO PIÇARRAS	306,57	Av Getúlio Vargas, 123 - 88380-000	68	47 3345 1155 / 47 988183693	<a href="mailto:zona068@tre-sc.jus.br">zona068@tre-sc.jus.br</a>
26	BLUMENAU	322	Praça Victor Konder, 60, Fórum Universitário - 89010-150	3	47 3326 4850 / 47 988123983	<a href="mailto:zona003@tre-sc.jus.br">zona003@tre-sc.jus.br</a>
				88	47 3329 1999 / 47 988264173	<a href="mailto:zona088@tre-sc.jus.br">zona088@tre-sc.jus.br</a>
27	BRUSQUE	255,59	Rua Humberto Mattioli, 78 - 88350-140	5	47 3396 6215 / 47 988125787	<a href="mailto:zona005@tre-sc.jus.br">zona005@tre-sc.jus.br</a>
				86	47 3355 6532 / 47 988222394	<a href="mailto:zona086@tre-sc.jus.br">zona086@tre-sc.jus.br</a>

28	GASPAR	110	Rua Jackceia de Andrade, N. 66 - 89114-820	64	47 3332 1256 / 47 988182226	<a href="mailto:zona064@tre-sc.jus.br">zona064@tre-sc.jus.br</a>
29	IBIRAMA	205,11	Rua Doutor Getúlio Vargas, 560 - Sala Térrea - 89140-000	14	47 3357 3522 / 47 988131894	<a href="mailto:zona014@tre-sc.jus.br">zona014@tre-sc.jus.br</a>
30	INDAIAL	172,24	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Loja 10 - 89080-063	15	47 3333 3011 / 47 988133814	<a href="mailto:zona015@tre-sc.jus.br">zona015@tre-sc.jus.br</a>
31	ITAJAÍ	490,8	Avenida José Eugênio Muller, 406 - 88303-170	16	47 3349 2941 / 47 988135376	<a href="mailto:zona016@tre-sc.jus.br">zona016@tre-sc.jus.br</a>
				97	47 3346 3531 / 47 988331702	<a href="mailto:zona097@tre-sc.jus.br">zona097@tre-sc.jus.br</a>
32	ITAPEMA	274,9	Avenida Nereu Ramos, N. 1180 - 88220-000	91	47 3268 0605 / 47 988279328	<a href="mailto:zona091@tre-sc.jus.br">zona091@tre-sc.jus.br</a>
33	ITUPORANGA	172,34	Rua João Steffens, 425 - 88400-000	39	47 3533 1605 / 47 988157814	<a href="mailto:zona039@tre-sc.jus.br">zona039@tre-sc.jus.br</a>
34	NAVEGANTES	300	R. Anibal Gaya, N. 525 - 88370-474	106	47 3319 2252 / 47 988192916	<a href="mailto:zona106@tre-sc.jus.br">zona106@tre-sc.jus.br</a>
35	RIO DO SUL	373	R Julio Roussenq Filho 265 - 89160-000	26	47 3521 4803 / 47 988143125	<a href="mailto:zona026@tre-sc.jus.br">zona026@tre-sc.jus.br</a>
				102	47 3521 4803 / 47 988343344	<a href="mailto:zona102@tre-sc.jus.br">zona102@tre-sc.jus.br</a>
36	TAIÓ	220	Rua Padre Eduardo, 600 - 89190-000	46	47 3562 0198 / 47 988161097	<a href="mailto:zona046@tre-sc.jus.br">zona046@tre-sc.jus.br</a>
37	TIMBÓ	168,5	Travessa Heinrich Eilers, 172, Centro - 89120-000	32	47 3382 2837 / 47 988153986	<a href="mailto:zona032@tre-sc.jus.br">zona032@tre-sc.jus.br</a>
38	TROMBUDO CENTRAL	120,57	R Getúlio Vargas, 411 - 89176-000	57	47 3544 0587 / 47 988171199	<a href="mailto:zona057@tre-sc.jus.br">zona057@tre-sc.jus.br</a>

E/OU

• Item 04 – Região 04:

Nº	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
39	CANOINHAS	200	Rua Marechal Floriano, 959 - 89460-166	8	47 3622 3793 / 47 988130170	<a href="mailto:zona008@tre-sc.jus.br">zona008@tre-sc.jus.br</a>
40	GUARAMIRIM	200	Rua 28 de Agosto, N. 2000 - 89270-000	60	47 3373 0967 / 47 988175446	<a href="mailto:zona060@tre-sc.jus.br">zona060@tre-sc.jus.br</a>
41	ITAIÓPOLIS	140	Rua Carril Pflanzner, N. 69, Centro - 89340-000	38	47 3652 2791 / 47 988156178	<a href="mailto:zona038@tre-sc.jus.br">zona038@tre-sc.jus.br</a>
42	JARAGUÁ DO SUL	417,02	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	47 3275 1183 / 47 988136047	<a href="mailto:zona017@tre-sc.jus.br">zona017@tre-sc.jus.br</a>
				87	47 3275 1819 / 47	<a href="mailto:zona087@tre-sc.jus.br">zona087@tre-sc.jus.br</a>

					988242394	
43	JOINVILLE	689	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	47 3433 7023 / 47 988139344	<a href="mailto:zona019@tre-sc.jus.br">zona019@tre-sc.jus.br</a>
				76	47 3433 9355 / 47 988191530	<a href="mailto:zona076@tre-sc.jus.br">zona076@tre-sc.jus.br</a>
				95	47 3433 8671 / 47 988298312	<a href="mailto:zona095@tre-sc.jus.br">zona095@tre-sc.jus.br</a>
				96	47 3422 1354 / 47 988324236	<a href="mailto:zona096@tre-sc.jus.br">zona096@tre-sc.jus.br</a>
				105	47 3433 6433 / 47 988352259	<a href="mailto:zona105@tre-sc.jus.br">zona105@tre-sc.jus.br</a>
44	MAFRA	112	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-000	22	47 3642 5987 / 47 988142276	<a href="mailto:zona022@tre-sc.jus.br">zona022@tre-sc.jus.br</a>
45	PAPANDUVA	92,54	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	47 3653 2292 / 47 988216846	<a href="mailto:zona081@tre-sc.jus.br">zona081@tre-sc.jus.br</a>
46	PORTO UNIÃO	170	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	42 3523 3332 / 42 988114037	<a href="mailto:zona025@tre-sc.jus.br">zona025@tre-sc.jus.br</a>
47	RIO NEGRINHO	94	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	47 3644 1838 / 47 988188795	<a href="mailto:zona074@tre-sc.jus.br">zona074@tre-sc.jus.br</a>
48	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	47 3633 4236 / 47 988151580	<a href="mailto:zona030@tre-sc.jus.br">zona030@tre-sc.jus.br</a>
49	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	47 3444 1355 / 47 988151072	<a href="mailto:zona027@tre-sc.jus.br">zona027@tre-sc.jus.br</a>

E/OU

• Item 05 – Região 05:

Nº	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
50	ANITA GARIBALDI	114,65	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	49 3543 0322 / 49 988054821	<a href="mailto:zona052@tre-sc.jus.br">zona052@tre-sc.jus.br</a>
51	BOM RETIRO	107,39	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	49 3277 0575 / 49 988000239	<a href="mailto:zona004@tre-sc.jus.br">zona004@tre-sc.jus.br</a>
52	CAÇADOR	199,73	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	49 3563 0087 / 49 988001815	<a href="mailto:zona006@tre-sc.jus.br">zona006@tre-sc.jus.br</a>
53	CAMPOS NOVOS	232,24	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar - 89620-000	7	49 3541 1104 / 49 988006780	<a href="mailto:zona007@tre-sc.jus.br">zona007@tre-sc.jus.br</a>
54	CURITIBANOS	197,51	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	49 3241 0533 / 49 988010199	<a href="mailto:zona011@tre-sc.jus.br">zona011@tre-sc.jus.br</a>

55	FRAIBURGO	141,28	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580-000	77	49 3246 3013 / 49 988699568	<a href="mailto:zona077@tre-sc.jus.br">zona077@tre-sc.jus.br</a>
56	LAGES	257	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	49 3222 8316 / 49 988017273	<a href="mailto:zona021@tre-sc.jus.br">zona021@tre-sc.jus.br</a>
				93	49 3222 8312 / 49 988712360	<a href="mailto:zona093@tre-sc.jus.br">zona093@tre-sc.jus.br</a>
				104	49 3222 8317 / 49 988718569	<a href="mailto:zona104@tre-sc.jus.br">zona104@tre-sc.jus.br</a>
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	49 988054298 / 49 988054298	<a href="mailto:zona051@tre-sc.jus.br">zona051@tre-sc.jus.br</a>
58	SÃO JOAQUIM	349,77	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	49 3233 2088 / 49 988019387	<a href="mailto:zona028@tre-sc.jus.br">zona028@tre-sc.jus.br</a>
59	TANGARÁ	68,45	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro - 89642-000	47	49 3532 1024 / 49 988048752	<a href="mailto:zona047@tre-sc.jus.br">zona047@tre-sc.jus.br</a>
60	VIDEIRA	201	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	49 3533 2378 / 49 988028840	<a href="mailto:zona036@tre-sc.jus.br">zona036@tre-sc.jus.br</a>

E/OU

• Item 06 – Região 06:

Nº	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
61	ABELARDO LUZ	120	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	49 3445 4625 / 49 988693616	<a href="mailto:zona071@tre-sc.jus.br">zona071@tre-sc.jus.br</a>
62	CAMPO ERÊ	125	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	49 3655 1225 / 49 988061505	<a href="mailto:zona069@tre-sc.jus.br">zona069@tre-sc.jus.br</a>
63	CAPINZAL	90	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	49 3555 2459 / 49 988031048	<a href="mailto:zona037@tre-sc.jus.br">zona037@tre-sc.jus.br</a>
64	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	49 3323 2232 / 49 988021312	<a href="mailto:zona035@tre-sc.jus.br">zona035@tre-sc.jus.br</a>
				94	49 3323 5445 / 49 988714742	<a href="mailto:zona094@tre-sc.jus.br">zona094@tre-sc.jus.br</a>
65	CONCÓRDIA	285	R Ângelo Ari Biezu, N. 69, Térreo - 89700-194	9	49 3444 7198 / 49 988008703	<a href="mailto:zona009@tre-sc.jus.br">zona009@tre-sc.jus.br</a>
				90	49 3444 5970 / 49 988708504	<a href="mailto:zona090@tre-sc.jus.br">zona090@tre-sc.jus.br</a>
66	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	49 3644 0446 / 49 988695311	<a href="mailto:zona050@tre-sc.jus.br">zona050@tre-sc.jus.br</a>

67	ITAPIRANGA	158,4	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	49 3677 0207 / 49 988060670	<a href="mailto:zona065@tre-sc.jus.br">zona065@tre-sc.jus.br</a>
68	JOAÇABA	210	Av Xv de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	49 3522 1246 / 49 988012612	<a href="mailto:zona018@tre-sc.jus.br">zona018@tre-sc.jus.br</a>
				85	49 3521 3060 / 49 988703813	<a href="mailto:zona085@tre-sc.jus.br">zona085@tre-sc.jus.br</a>
69	MARAVILHA	163,59	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	49 3664 0856 / 49 988058419	<a href="mailto:zona058@tre-sc.jus.br">zona058@tre-sc.jus.br</a>
70	MODELO	165	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	49 3365 3504 / 49 988058765	<a href="mailto:zona083@tre-sc.jus.br">zona083@tre-sc.jus.br</a>
71	PALMITOS	206,43	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	49 3647 0539 / 49 988036769	<a href="mailto:zona041@tre-sc.jus.br">zona041@tre-sc.jus.br</a>
72	PINHALZINHO	154,47	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	49 3366 1822 / 49 988061055	<a href="mailto:zona066@tre-sc.jus.br">zona066@tre-sc.jus.br</a>
73	PONTE SERRADA	100	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	49 3435 0004 / 49 988059976	<a href="mailto:zona063@tre-sc.jus.br">zona063@tre-sc.jus.br</a>
74	QUILOMBO	80,14	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 S15 Ed Dom Victório - 89850-000	78	49 3346 3361 / 49 988702063	<a href="mailto:zona078@tre-sc.jus.br">zona078@tre-sc.jus.br</a>
75	SÃO CARLOS	260	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II , Sala 01 - 89885-000	70	49 3325 4038 / 49 988692545	<a href="mailto:zona070@tre-sc.jus.br">zona070@tre-sc.jus.br</a>
76	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	49 3344 1255 / 49 988050898	<a href="mailto:zona049@tre-sc.jus.br">zona049@tre-sc.jus.br</a>
77	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900-000	45	49 3621 0886 / 49 988041961	<a href="mailto:zona045@tre-sc.jus.br">zona045@tre-sc.jus.br</a>
				82	49 3621 1016 / 49 988033111	<a href="mailto:zona082@tre-sc.jus.br">zona082@tre-sc.jus.br</a>
78	SEARA	233,72	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	49 3452 4763 / 49 988059529	<a href="mailto:zona061@tre-sc.jus.br">zona061@tre-sc.jus.br</a>
79	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	49 3433 5056 / 49 988037396	<a href="mailto:zona043@tre-sc.jus.br">zona043@tre-sc.jus.br</a>
80	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	49 3353 1358 / 49 988049984	<a href="mailto:zona048@tre-sc.jus.br">zona048@tre-sc.jus.br</a>

## 1.2. Requisitos Técnicos

1.2.1. O serviço de desinsetização abrange principalmente a prevenção contra incidência de baratas, formigas e aranhas.

1.2.2. Devem ser realizadas **duas aplicações** de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESP, conforme abaixo detalhado:

a) a primeira aplicação deverá ser realizada no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP; e

b) a segunda aplicação será realizada após **completados 6 (seis) meses** da primeira aplicação:

b.1) completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a empresa terá o **prazo máximo de 60 (sessenta) dias** para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

1.2.3. Nos ambientes internos deverá ser utilizado gel com o princípio ativo “Imidacloprid”, de modo que não haja empecilhos para posterior ocupação. Nos ambientes externos deverá ser realizada a pulverização do produto nas áreas críticas definidas pelo aplicador, sendo obrigatória a aplicação no interior das caixas de gordura, de esgoto e ralos.

1.2.4. A desratização deverá se dar através do uso de iscas e, se necessário, pó de contato. As iscas utilizadas na desratização deverão possuir poder fulminante e impedir que os animais mortos exalem odor decorrente de decomposição.

1.2.5. A constatação da qualidade dos serviços especializados deve se dar durante a execução contratual, com atendimento aos procedimentos técnicos específicos e tendo como efeito a ausência de formigas, baratas, aranhas, e ratos, nos imóveis sob a responsabilidade do TRESC após a realização dos serviços e no período de garantia de 6 (seis) meses para cada uma das duas aplicações.

1.2.6. Os serviços deverão estar em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVISA, de 22 de outubro de 2009 e a Portaria n. 0021/SES, de 04 de janeiro de 1996, Normas ABNT 15584-1/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Terminologia) e 15584-2/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Manejo integrado), ou normas posteriores que as venham substituir, além das demais orientações dos fabricantes e legislação vigente, no que couber.

### **1.3. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma**

1.3.1. Os serviços deverão ser previamente agendados, devendo ser executados preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e finais de semana, de modo a não interferir nas atividades da Justiça Eleitoral durante o expediente.

1.3.2. As áreas aproximadas dos imóveis e respectivas localizações estão indicadas na subcláusula 1.1 deste Contrato.

1.3.3. Caso haja mudança no endereço dos Cartórios a empresa deverá executar os serviços nos novos endereços.

### **1.4. Impacto Ambiental**

1.4.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante, em especial a Resolução 307 do CONAMA.

1.4.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; e
- e) descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes.

1.4.3. A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**



A prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 021/2021, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida a Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na Cláusula Primeira, o valor total de:

a) R\$ ..... (.....), referente aos serviços nos imóveis da Região 1;

E/OU

b) R\$ ..... (.....), referente aos serviços nos imóveis da Região 2;

E/OU

c) R\$ ..... (.....), referente aos serviços nos imóveis da Região 3;

E/OU

d) R\$ ..... (.....), referente aos serviços nos imóveis da Região 4;

E/OU

e) R\$ ..... (.....), referente aos serviços nos imóveis da Região 5;

E/OU

f) R\$ ..... (.....), referente aos serviços nos imóveis da Região 6.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

4.1. O prazo de execução do objeto descrito neste Contrato, em todos os imóveis do TRESC listados na Cláusula Primeira, será conforme abaixo detalhado:

a) a primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP;

b) a segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:

b.1) completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a empresa terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO**

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.**

6.1.1. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.



6.1.2. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.1.3. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, a Contratante efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pela Contratante os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Quando ocorrerem **atrasos de pagamento** provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I =  $6/100/365$  (ou seja, taxa anual/ $100/365$  dias).

I = 0,0001644.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, subitem 78 – Limpeza e Conservação.

## CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2021NE000\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio dos **Gestores do Contrato**, quais sejam, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, referente aos Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central e, em relação aos Cartórios Eleitorais, pelo(s) respectivo(s) Chefe(s) de Cartório, ou seu(s) substituto(s), individual ou coletivamente nos locais em que houver mais de uma Zona Eleitoral, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. A Fiscalização terá autoridade para:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;

b) exigir o cumprimento de todos os itens desta contratação;

c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;

d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

e) aprovar materiais e/ou equipamentos similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas;

f) determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC;

g) sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida; e

h) exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

9.3. A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

9.4. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESC, preferencialmente, através do e-mail [cis-smp@tre-sc.jus.br](mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br), ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. executar os serviços nas condições estipuladas no Projeto Básico / Termo de Referência (e seus anexos) do Edital do Pregão n. 021/2021 e em sua proposta;

10.1.2. apresentar, antes de firmado o Contrato, **em até 5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue para este fim, a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e as respectivas comprovações de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde:

a) entregar juntamente com a lista as instruções escritas alertando sobre a toxicidade dos produtos utilizados, indicando os cuidados a serem observados antes, durante e depois da aplicação, principalmente com crianças e pessoas alérgicas, bem como as orientações para primeiros socorros.

10.1.3. apresentar, antes de firmado o Contrato, **em até 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue com este fim, o visto no respectivo Conselho Regional de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita no Conselho de origem;

10.1.4. tomar as seguintes providências **em até 10 (dez) dias** a contar do recebimento deste contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

a) apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará

pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou ART ou AFT, ou documento similar de acordo com o Conselho Profissional que esteja vinculado, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta contratação;

b) apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), AFT(s) ou documento similar do profissional responsável técnico pelos serviços contratados, devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços objeto desta contratação;

c) designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência deste Contrato, informando também telefones, *e-mail* e outros meios de comunicação para contato com o mesmo; e

d) apresentar a licença ambiental estabelecida no art. 5º do RDC n. 52/2009 da Anvisa.

10.1.5. realizar duas aplicações de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II do Projeto Básico / Termo de Referência e neste Contrato, conforme abaixo detalhado:

a) a primeira aplicação deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP, após o cumprimento das obrigações previstas na subcláusula 10.1.4;

b) a segunda aplicação será realizada após completados 6 (seis) meses da primeira aplicação:

b.1) completados o período de 6 (seis) meses acima mencionado, a empresa terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a conclusão da segunda aplicação, a contar do recebimento da autorização emitida pela Seção de Manutenção Predial.

10.1.6. executar o serviço nas dependências de cada imóvel, no(s) endereço(s) indicado(s) no Projeto Básico / Termo de Referência ou no novo endereço, se houver mudança, devendo agendar previamente com a Seção de Manutenção Predial a realização dos serviços nos Edifícios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail [cis-smp@tre-sc.jus.br](mailto:cis-smp@tre-sc.jus.br) ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos *e-mails* e/ou telefones constantes do Anexo II do Projeto Básico / Termo de Referência;

10.1.7. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual, inclusive em relação aos profissionais que serão destacados pelo TRESC para acompanhamento dos serviços;

10.1.8. executar os serviços em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVISA, de 22 de outubro de 2009 e a Portaria n. 0021/SES-SC, de 04 de janeiro de 1996, ou normas posteriores que as venham substituir;

10.1.9. utilizar produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde, não corrosivos, incolores de ação tóxica de baixo risco ao ser humano, de longo efeito residual. As iscas usadas devem conter substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir ingestão acidental;

10.1.10. realizar a aplicação interna e externa na mesma data agendada para realização dos serviços, salvo em casos de força maior, onde deverá ser agendada nova data para conclusão do serviço sem ônus para o Contratante;

10.1.11. **prestar garantia** dos serviços pelo período de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;

10.1.12. executar novamente os serviços, dentro do **prazo de garantia**, às suas expensas, no todo ou em parte, caso não apresentem os resultados esperados, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do(s) gestor(es) deste contrato;

10.1.13. fornecer comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de

informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada;

a) o comprovante/certificado deverá ser afixado em local visível em cada edificação.

10.1.14. utilizar produtos e materiais de primeira qualidade e que não ofereçam riscos à saúde humana;

10.1.15. recomendar aos respectivos gestores deste contrato, quando for o caso, a adoção de ações para combate a infestações específicas, bem como a eles relatar toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução deste contrato, registrando todas as informações necessárias para seu esclarecimento;

10.1.16. manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional;

10.1.17. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;

10.1.18. fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

10.1.19. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

10.1.20. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRES; e

10.1.21. manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 021/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS**

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

**11.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

11.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” da subcláusula 11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

11.3. Para os casos não previstos na subcláusula 11.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução

total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 11.2 e na alínea “e” da subcláusula 11.3 são de competência do Presidente do TRESA.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução, na entrega dos documentos ou na entrega dos serviços dos serviços sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado do(s) item(s) em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade prevista na alínea “e” da subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea “c” da subcláusula 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “d” ou “e” da subcláusula 11.3.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1. Incumbirá a Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ... de ..... de 2021.

CONTRATANTE: .....

CONTRATADA: .....

## PREGÃO N. 021/2021

### ANEXO I

#### RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	UNIDADE
1	Execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESP na <b>Região 1</b> .	1	Valor Total
2	Execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESP na <b>Região 2</b> .	1	Valor Total
3	Execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESP na <b>Região 3</b> .	1	Valor Total
4	Execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESP na <b>Região 4</b> .	1	Valor Total
5	Execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESP na <b>Região 5</b> .	1	Valor Total
6	Execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESP na <b>Região 6</b> .	1	Valor Total

**Observação:** Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.